REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NOVA TERRA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO GOVERNO DE COALIZAÇÃO LULA-ALCKIM: RECRUDESCIMENTO DA HEGEMONIA EMPRESARIAL

Vanessa Campos de Lara Jakimiu[61]

O presente estudo apresenta uma análise das políticas educacionais para a Educação Básica implementadas durante o Governo de coalização Lula-Alckmin de modo a evidenciar a hegemonia dos aparelhos privados na formulação e implementação das políticas educacionais atualmente em vigência.

Embora houvesse uma expectativa de que as políticas educacionais implementadas durante o contexto de golpe cometido contra a Presidenta Dilma Vanna Rousseff e sob gestão do Governo ilegítimo de Michel Temer, especificamente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Novo Ensino Médio, fossem revogadas no Governo de coalização Lula-Alckmin, o mesmo não ocorreu. As políticas entulho do golpe, não só não foram revogadas, como uma série ações e programas, em alinhamento com o projeto formativo empresarial, foram implementados.

Considerando este contexto, o estudo adota os moldes

[61] Doutora em Políticas Educacionais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Laranjeiras do Sul, Paraná.

da pesquisa qualitativa de cunho documental, estando fundamentada no método de análise do materialismo histórico-dialético, tendo como chave interpretativa o conceito de *empresariamento da educação de novo tipo*, conceito desenvolvido pelo Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX) como suporte analítico às pesquisas que se debruçam sobre o movimento de empresariamento da educação pública.

O empresariamento da educação de novo tipo sustenta-se em três dimensões: mercantilização da educação, mercadorização da educação e subsunção da educação ao empresariado, sendo a mercantilização o "processo pelo qual a educação escolar é subsumida à forma e à lógica da mercadoria"; a mercadorização o "processo pelo qual a educação escolar é transformada em nicho de mercado"; e a subsunção da educação ao empresariado o "processo pelo qual o empresariado brasileiro assumiu, em íntima relação com Estado estrito e organismos internacionais, as direções moral e intelectual das educações pública e privada" (Motta; Andrade, 2020, p. 4).

A BNCC e o NEM são políticas educacionais curriculares orientadas por organismos multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e, operativamente, a UNESCO) sustentadas na Pedagogia das Competências e constituem-se como projetos formativos alinhados às demandas do setor produtivo marcadas pelo movimento de reestruturação produtiva e pela busca de formação de trabalhadores flexíveis para um mercado de trabalho também flexível.

A natureza constitutiva de ambos os documentos apresentam uma relação orgânica com os Aparelhos Privados de

Hegemonia Empresarial (APHE). O Movimento pela Base, criado em 2013 como um braço do Movimento Todos pela Educação, atuou e atua de forma expressiva para a consolidação da BNCC e do NEM. O Movimento pela Base, possui em seu Conselho Deliberativo: Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Fundação Telefônica Vivo (Movimento, s. d., n. p.).

Em suas teorizações, Aguiar e Tuttman (2020, p. 83) evidenciam a articulação do movimento empresarial com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e relatam que "a certeza da aprovação da BNCC" era tal, que mesmo com a Base ainda em processo de análise no CNE, o Movimento pela Base juntamente com o CONSED e UNDIME elaboraram um "Guia de implementação da BNCC", contendo os passos detalhados a serem seguidos pelas escolas.

Estudos realizados por Cássio (2023), por meio da análise dos Planos de Implementação da Reforma do Ensino Médio nos estados, permite identificar a atuação expressiva de APHE nos estados brasileiros, com especial destaque para o Instituto Reúna, atuando em 21 estados do Brasil, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) atuando em 19 estados e o Itaú Educação e Trabalho/Itaú Social, atuando em 15 estados brasileiros.

Durante o governo de coalização Lula-Alckmin, a atuação do engenheiro agrônomo Camilo Santana como Ministro da Educação consolidou a expansão da educação empreendedorista fortemente presente no estado do Ceará para

todo o país, culminando na abertura e consolidação da hegemonia dos institutos e fundações privadas na formulação e implementação de políticas educacionais para a educação básica.

No Brasil, o Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação fica localizado em Sobral, estado do Ceará. O Centro foi "fundado em 2021 após uma aproximação entre Jorge Paulo Lemann e o ex-prefeito de Sobral (CE), Veveu Arruda, marido da Secretária-Executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela" (Blog, 2023, n. p.).

Durante o governo de coalização Lula-Alckmin foram implementadas uma série de ações que sob a racionalidade empresarial não mudam qualitativamente a realidade e as condições precárias em que se faz educação no país e a partir do movimento de responsabilização, institucionalizam as competições.

No ano de 2024, foi aprovado o Decreto nº 12.191/2024 que instituiu o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O selo, a partir da lógica de responsabilização próprias das politicas de *accountability*, é adotado como estratégia de "reconhecimento a esforços e iniciativas exitosos das secretarias de Educação na formulação e implementação de políticas, programas e estratégias que assegurem o direito à alfabetização das crianças" (Brasil, s. d., n. p.).

No ano de 2025, o Ministério da Educação (MEC) criou em 2025 o Prêmio MEC da Educação Brasileira, apelidado de "Oscar da Educação". Em 2025, foram premiados 116 destaques, incluindo estados, municípios, escolas e alunos com melhores desempenhos no IDEB e em redação do Enem. Os prêmios

incluíram troféus, medalhas, celulares, tablets e valores em dinheiro de até R$ 500 mil para estados/municípios (repasse via PAR/PDDE) e abrangeram 8 categorias, como educação infantil, alfabetização, anos iniciais/finais do fundamental, ensino médio, Enem, tempo integral e educação técnica (Correia, 2025).

Também no ano de 2025, o MEC condecorou 262 personalidades com a "Ordem Nacional do Mérito Educativo". Os/as homenageados/as foram reconhecidos a partir de graus auferidos ao campo militar sendo: Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro. As nomeações foram feitas via decreto presidencial.

No entendimento de Lima (2019, p. 14) as premiações além de fomentar uma "[...] performatividade mais ou menos estetizada, fortemente socializadora, quando não doutrinadora, capaz de produzir, de publicitar e de celebrar os seus heróis", sustentam a lógica meritocrática do capitalismo, fomentando a competitividade exacerbada entre professores, alunos e escolas que resultam numa Pedagogia contra o/a outro/a.

Tais ações articuladas com a lógica de responsabilização das avaliações em larga escala que se acentuaram pós BNCC e NEM, instituem uma cultura de resultados, resultados estes que são usados como "vitrine eleitoral" (Serafini, 2025) já que políticos deixam de se preocupar com a qualidade da educação e que "só querem ostentar uma posição de destaque no pódio da educação nacional. Os "milagreiros" do Ideb." (Cássio, 2025).

O governo de coalização Lula-Alckmin também criou

uma série de programas educacionais que atuam tanto como mecanismos indutores para a implementação da BNCC e do NEM. O Programa Escola em Tempo Integral, criado em 2023, em que pese ter como mote a questão da ampliação da jornada escolar, constitui-se como um mecanismo indutor para a implementação da BNCC. Raquel Franzim, do Instituto Alana, foi nomeada para atuar como Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral e a Lei nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, afirma em seu artigo III que "[...] o programa ocorrerá obrigatoriamente em escolas com propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular".

O Programa é implementado em articulação com o Centro de Referências em Educação Integral (CR), que é coordenado pela APHE Cidade Escola Aprendiz juntamente com vários outros institutos e fundações privadas:

> Instituto Alana, Itaú Social, Centro Integrado de Estudos e Programas para o Desenvolvimento Sustentável (CIEDS), Avante – Educação e Mobilização Social, Roda Educativa, Cenários Pedagógicos, British Council, Instituto Rodrigo Mendes, MAIS – Movimento de Ação e Inovação Social, Fundação Vale, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Oi Futuro, Fundação Gol de Letra, Unicef, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), Fundação Santillana [...] Além disso, o Centro de Referências conta com a chancela da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Cidade..., s. d., n. p.).

No ano de 2025, o Ministro Camilo Santana, participou da abertura do Seminário Nacional pela Alfabetização do Programa Compromisso Criança Alfabetizada que foi realizado na cidade de Fortaleza-Ceará. O Evento foi "promovido pela Associação Bem Comum, em parceria com a Fundação Lemann, Instituto Natura e Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)". O Programa "[...] está baseado em cinco eixos: **gestão e governança**, formação, infraestrutura física e pedagógica, **reconhecimento de boas práticas e sistemas de avaliação**" (Brasil, 2025, n. p., grifo meu).

Importante destacar que os Programas *Escola em Tempo Integral* e *Compromisso Criança Alfabetizada* têm sido implementados pelo Governo Federal de forma conjunta com universidades públicas, evidenciando uma coalização entre APHE e intelectuais orgânicos das Universidades. Tal movimento, se apropriando da legitimidade da universidade pública, consolida o empresariamento da educação pública.

A análise das ações e programas permite concluir que o governo de coalizão Lula-Alckmin, não só não entra em confronto com os atores e mecanismos que sustentam e mantém o capitalismo e a lógica do capital (Singer, 2012), como institucionaliza a sua hegemonia.

Referências

AGUIAR, M.; TUTTMAN, M. T. Políticas educacionais no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular: disputas de projetos. **Em Aberto,** Brasília, v. 33, n. 107, p. 69-94, 2020. Disponível em:

http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4556 cesso: 10 jan. 2026.

BLOG. Fundação Lemann atua no governo federal mesmo com críticas de Lula a Jorge Paulo Lemann. **Blog do Esmael.** Publicado em: 25 set. 2023. Disponível em: https://www.esmaelmorais.com.br/fundacao-lemann-atua-no-governo-federal-mesmo-com-criticas-de-lula-a-jorge-paulo-lemann/. Acesso em: 14 dez. 2025.

BRASIL.**MEC concede Ordem Nacional do Mérito Educativo**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/novembro/mec-concede-ordem-nacional-do-merito-educativo. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **MEC participa de seminário sobre alfabetização no Brasil**. Publicado em: 06 ago. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/mec-participa-de-seminario-sobre-alfabetizacao-no-brasil. Acesso em: 14 jan. 2026.

CÁSSIO, F. Fiadores bilionários do "Novo" Ensino Médio procuram velhos culpados. **Carta Capital,** São Paulo, 3 abr. 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-bate-cabeca-dos-fiadores-bilionarios-do-novo-ensino-medio/. Acesso em: 10 jan. 2026.

CÁSSIO, F. Aprovação automática agita a corrida dos estados pelo Ideb. **Carta Capital,** São Paulo, 2 dez. 2025. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/aprovacao-automatica-agita-a-corrida-dos-estados-pelo-ideb/. Acesso em: 10 jan. 2026.

CORREIA, V. 'Oscar da Educação', diz Lula ao entregar Prêmio MEC para ensino público. **Correio**, São Paulo, 11 ago. 2025. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2025/08/7223616-oscar-da-educacao-diz-lula-ao-entregar-premio-mec-para-ensino-publico.html. Acesso em: 17 jan. 2026.

CIDADE. Como atuamos. Centro de Referências em Educação Integral. Disponível em: https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/como-atuamos/programas/centro-de-referencias-em-educacao-integral/. Acesso em: 17 jan. 2026.

LIMA, L. Uma Pedagogia contra o outro? Competitividade e emulação. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 40, e0218952, p. 1-18, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/fTTGCYGb5rFZ4PBdRNcHhhk/?format=pdf&lang=pt&ilang=en. Acesso em: 19 dez. 2025.

MOTTA, V. C.; ANDRADE, M. C. P. Empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educ. Soc**., Campinas, v. 41, e224423, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2026.

MOVIMENTO. **Movimento pela Base**. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/. Acesso em: 19 jan. 2026.

SERAFINI, M. Escola gentrificada. **Carta Capital,** São Paulo, 16 out. 2025. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/escola-gentrificada/ Acesso em: 10 jan. 2026.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.